MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E ACESSO AO PRÉ-NATAL

LETÍCIA PEREIRA FREITAS; ANA CLARA DE OLIVEIRA INOCÊNCIO GONZAGA; ISABELLY VITÓRIA HADASSA DE SIQUEIRA; WILLIAM ALVES DOS SANTOS

Introdução: O aumento da população em situação de rua no Brasil, observado entre 2012 e 2020, revela um cenário alarmante. Em torno de 15% da população em situação de rua são mulheres, de acordo com censo realizado em 2019 pela Prefeitura de São Paulo. Quando se trata das mesmas, estima-se que têm uma chance duas vezes maior de engravidar, sofrem maiores riscos obstétricos e tem menor acesso a saúde se comparado com aquelas que tem moradia. **Objetivo:** Analisar os desafios enfrentados por gestantes em situação de rua, no acesso à saúde, explorando as barreiras, como, a criminalização da maternidade e a ausência de políticas públicas para esse grupo social. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, consultada na Biblioteca Virtual de saúde (BVS) e PUBMED, na linguagem portuguesa e inglesa, em trabalhos que abordam os cenários do pré-natal em mulheres em situação de desabrigo. Consideram 7 artigos e após os critérios de inclusão e exclusão, permaneceram 5 artigos para a construção do estudo. **Resultados:** Foi revelado que a precarização imposta a essas mulheres as expõe a múltiplas formas de opressão e desigualdade, agravadas por questões de raça. A gestação e o pré-natal, quando as mulheres (invisíveis) se tornam mães (visíveis), enfrentam a gravidez estando em situação de rua, vivenciando o pré-natal dentro das suas possibilidades. Ademais, há uma clara tendência de proteção ao feto/criança em detrimento da saúde e autonomia das mães. **Conclusão:** Intervenções repetidas de controle, descaso, desinformação e negligência, aliadas à ausência de acolhimento e suporte adequado, evidenciam a carência de políticas públicas que reconheçam as particularidades dessas mulheres. Urge capacitar profissionais de saúde, fortalecer a autonomia das gestantes no exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. Defende-se a reformulação das políticas de saúde para promover um cuidado integral e, reduzindo vulnerabilidades e fortalecendo a justiça social.

Palavras-chave: **VULNERABILIDADE; EQUIDADE; INTERSECCIONALIDADE**

DOI: 10.51161/iii-conasm/55213